



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 12 DE JULHO DE 1995

Dom José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília; Senhores Ministros aqui presentes; Senhor Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Guilherme Afif Domingos; Senhor Diretor Executivo do Sebrae, Mauro Motta Durante; Senhor Senador Teotônio Vilela; Vice-Presidente do Senado da República; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes; Senhores representantes das micro e pequenas empresas; Senhoras e Senhores,

Há certos atos que, por seu simbolismo, requerem a presença e a palavra do Presidente da República. Não é comum, mas alguns atos precisam que a eles se junte uma vontade política para expressar que eles têm significados que vão além da assinatura de um convênio, que, por si mesmo, é muito importante: 250 milhões de reais.

Mas é mais do que isso. Nós estamos assistindo ao encontro de um anseio nacional, que é o do fortalecimento das micro e pequena empresas e da criação de instituições ou de mecanismos não-governamentais, mas não antigovernamentais, que converjam, que confluam para per-

mitir que a sociedade encontre caminhos mais tranqüilos para atender àqueles que são mola essencial do desenvolvimento.

Dr. Guilherme Afif mencionou que, lá no Amazonas, efetivamente fiz uma referência à necessidade de formas de crédito para aqueles que não têm crédito, que são, geralmente, os melhores pagadores. O povo não dá calote, paga.

Existem muitos estudos mostrando isso. Existem experiências de formas novas de crédito, e até como esta, de aval, para permitir o crédito, que estão nos mostrando, sobejamente, não só no Brasil, que, quando se dá uma pequena parcela de recursos àqueles que trabalham diretamente com esses recursos, para comprar um instrumento para a sua produção, para financiar eventualmente a compra de algum material de que precisem para produzir os seus meios de sobrevivência, essas pessoas pagam.

Existe uma famosa experiência em Bangladesh – é diferente daqui – de um banco do povo, com esse nome, que é um banco no qual cinco pessoas se juntam e umas são fiadoras das outras. É solidário o crédito. Mas isso é crédito muito pequeno, até, digamos, 100 dólares. E a taxa de inadimplência é quase nula nesse tipo de empréstimo.

Aqui, no Brasil, já há experiências assim – que nós não registramos ainda –, em pequena escala. Há em Rondônia, há no Amapá. E deve haver muitas outras que não chegaram ao meu conhecimento.

Agora, aqui, estamos dando um passo um pouco diferente, talvez até mais ambicioso, que é a junção de uma instituição, o Banco do Brasil, com outra, o Sebrae, para permitir que a micro e a pequena empresa tenham crédito mais barato e mais fácil, porque têm o aval garantido do Sebrae.

Não será a única forma de se multiplicar o crédito. O Dr. Afif mencionou que é preciso que outras instituições, oficiais e privadas, se juntem a esses esforços. E outras formas haverá também, porque pode parecer simples a uma pessoa que está tratando de manter a sua sobrevivência entrar no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica. Não é tão simples assim.

Quando se vai aos níveis mais pobres da população, mesmo o fato de entrar numa instituição bancária assusta. Então, é preciso também bus-

car outras formas de crédito que vão até a pessoa. Talvez, a prefeitura; muitas vezes, as igrejas chegam mais perto, não é? E nós vamos ter mecanismos de fazer isso.

Mas é importante o passo dado hoje, porque, embora ele se dirija a micro e pequenos empresários, que já são organizados, que são aqueles que têm mais capilaridade, que podem, depois, contar da sua experiência a terceiros, pode suscitar o esforço de terceiros. Isso é muito importante para esta fase de um Brasil que precisa se renovar não só na cúpula, mas na base da sociedade; precisa dar mais meios de ação à base da sociedade.

Essa junção do Sebrae com o Banco do Brasil é muito positiva. Sei que o Sebrae está ajudando, neste momento, o Banco do Brasil, que tem um programa ambicioso de reduzir pessoal, dando condições ao seu pessoal de reemprego e dando, mesmo, impulso financeiro para que ele busque esse novo emprego.

É claro que é preciso reduzir o tamanho do funcionalismo do Banco do Brasil, porque, senão, ele entra no vermelho, e quem paga é o povo. Mas é claro, também, que o funcionário tem que ter a atenção que merece. E o banco está com um programa de incentivo para que, voluntariamente, alguns se afastem do banco, mas sejam reempregados. Aí entra o Sebrae com os seus, creio que sejam, 17 núcleos de treinamento, de orientação. O Banco do Brasil está também orientando na busca de novas atividades.

Quer dizer, um Brasil que cresce com a força que temos hoje não pode viver pendurado só em instituições oficiais. Ele também tem que criar emprego. Porque você não pode, simplesmente, tirar do setor em que está o empregado e deixá-lo desempregado. Tarefa difícil, para a qual o Banco do Brasil e o Sebrae deram-se as mãos, para tornar mais viável esse empreendimento.

Disse aqui o Dr. Guilherme Afif Domingos, com a facilidade de expressão que ele tem, que nós vivemos um momento crítico e desafiador. Isso é verdade. É um momento desafiador. Todos os momentos importantes de um país são desafiadores, e a gente sempre tem alguns riscos pela frente. Mas nós estamos com muita confiança, muita convicção do que precisa ser feito. E o que precisa ser feito será feito.

Nós vamos, sim, enviar ao Congresso medidas de reforma tributária, que vão na direção de simplificar a arrecadação dos impostos, de ampliar a base e, quando possível, de diminuir a carga sobre cada um.

Nós estamos discutindo, estamos finalizando essas discussões, e o Congresso está ajudando muitíssimo não só pelo que já aprovou. Nessa matéria tributária, há uma subcomissão da Comissão de Finanças da Câmara fazendo um trabalho admirável de aproximação de pontos de vista. De novo, os sindicatos estão mandando propostas, os empresários estão mandando propostas, e isso está sendo, digamos assim, digerido ou reelaborado, porque não se pode fazer uma reforma desse porte simplesmente pela vontade, pelo *fiat* da imposição de quem tem poder. Quem tem poder e impõe, na verdade, tem um falso poder. O poder verdadeiro é o que vem do convencimento, é o que vem do apoio, da adesão continuada, e não da adesão que é dada só no dia da eleição. A adesão tem que ser continuada pelo apoio às propostas que estão sendo feitas, e só haverá apoio se essas propostas refletirem efetivamente o pensamento do País.

Mas, como estou convencido de que estamos refletindo o pensamento do País, estamos avançando e vamos, agora, neste segundo semestre, continuar em nosso ritmo de transformações, com o mesmo espírito de sempre, ou seja, discutindo com o País e com o Congresso.

Freqüentemente me perguntam: "Mas o Governo aceita tal modificação?" Se for boa, por que não? Se a modificação é para melhorar, o Governo aceita, ou não merece o nome de Governo, porque, não aceitando, estaria simplesmente sendo intransigente quando não é necessário. Agora, com rumo, com objetivos, temos que manter os nossos objetivos.

Com esse espírito, nós vamos nos aproximando do segundo semestre com muita confiança na continuidade deste Brasil, que se está auto-transformando.

Claro que, além dos problemas estruturais, além da reforma do próprio aparelho de Estado, além dessas convergências entre sociedade civil, Governo e instituições governamentais e não-governamentais, nós precisamos, também, estar atentos aos problemas da conjuntura econômica. E o que foi mencionado aqui, hoje, é verdadeiro. O Gover-

no tem consciência das dificuldades no que diz respeito ao financiamento. Por isso, estamos atuando na direção das micro e pequenas empresas – mas não são só elas, não –, com relação ao conjunto das formas de financiamentos agrícolas ou urbanos.

Há também as questões das taxas de juro, que estão aí na ordem do dia. Eu já disse e vou repetir: se eu pudesse baixar as taxas de juros por decreto, encheria essas praças de devedores e juntos comemoraríamos a vitória. Mas não é isso. Não posso baixá-las por decreto. Temos que baixá-las criando as condições para que elas efetivamente baixem. E nós estamos criando essas condições para que elas efetivamente baixem.

Assim como fizemos com o Plano Real, desde o início fomos explicando o que iríamos fazer, fomos fazendo. Estamos dando os passos.

Agora é a questão da desindexação. Essa desindexação, não se iludam, não será de salários, como vejo dito com tanta ligeireza – às vezes por pessoas que deviam ter maior sentido de responsabilidade – que estão desindexando os salários e o resto não. Não é verdadeiro. Nós estamos desindexando progressivamente tudo, até porque boas partes dos ativos financeiros já foram desindexadas antes. E vamos caminhar nessa mesma direção. Vamos caminhar para mecanismos que, naturalmente, no futuro, levem a uma taxa de juros básica, que oriente a economia, e não essas TRs e mais essas correções monetárias, que vão perdendo sentido na medida em que as reformas vão se aprofundando. Nós temos que nos orientar, como qualquer economia mais madura, por uma taxa básica de referência. E nada mais.

E, também, no que diz respeito aos impostos, já fomos progressivamente desindexando todo o seu sistema. Agora mesmo, já demos um passo na direção de que, neste ano, a Ufir sofra variação trimestral; mas, no ano que vem, será semestral e depois acaba.

Nós estamos, também, fazendo tudo dentro do processo que nos impusemos, que é de não surpreender, não dar golpes, não impor, mas gradualmente ir desinchando a nossa economia, desinflando essa economia, e a desindexação é um processo de acabar com esse inchaço que foi derivado da inflação.

Estamos caminhando, e isso vai afetar também, positivamente, as taxas de juros, no sentido de que elas vão ter que se ajustar às novas realidades.

É indiscutível que um país como o nosso somente terá prosperidade realmente fincada no solo nacional se tivermos condições de aumentar a nossa taxa de poupança e de investimento. Disso eu acho que ninguém pode ter dúvidas. Quer dizer, um país, para crescer realmente com firmeza, depende das taxas internas de poupança e de investimento. Isso não quer dizer que não se apele ao capital estrangeiro ou que o financiamento externo não seja importante; mas todas as economias que realmente se desenvolveram foram baseadas em uma taxa de investimento interno muito forte.

Nós, como todos sabem, estamos abrindo a economia nacional. A nossa economia tem um coeficiente de dependência externa muito baixo. Muito baixo. Não sei, hoje, em quanto estaria, mas deve ser da ordem de 12%, talvez. Ou menos. Nós estamos importando 40 e poucos bilhões de reais e temos um PIB de 500 a 600 bilhões de reais, o que significa, então, 8%. Nós dependemos muito pouco das importações. Para dar um exemplo: na França, é por volta de 30%. Os Estados Unidos têm um coeficiente baixo de importações, mas é maior que o nosso.

Então, estamos efetivamente abrindo a economia, mas com a convicção de que a poupança interna é fundamental e o mercado interno continua sendo fundamental. E, nesse mercado interno, a participação da pequena e microempresa é básica. Os dados foram aqui mostrados. É básica. E, aqui, temos que fazer aquilo que foi feito noutros países, como na Itália. É preciso financiar, capitalizar a pequena empresa, para que ela possa elevar o seu coeficiente tecnológico e possa aumentar a sua produtividade e a sua lucratividade. (*Palmas.*)

Isso vai ter que ser feito. Será feito. Isso não é um ato de Governo: é um processo, é todo um mecanismo que implica ações macroeconômicas, ações do tipo destas que estamos tomando aqui, ações no nível da sociedade, para garantir até financiamentos para os que têm menos recursos ainda. É um processo. Mas esse processo tem que ser percorrido.

Antes da estabilização da moeda, isso era impensável. Impensável porque nem se podia imaginar uma forma de capitalização da pequena empresa. Num primeiro momento, que é este primeiro ano, ou segundo ano de estabilização, há muita desorganização, muitas dificuldades. Muitos ficam – vou usar a expressão popular – “enforcados” nas dívidas. Nós vamos ter que ir corrigindo isso e criar formas de capitalização, para que, realmente, a pequena empresa possa se equipar tecnologicamente, e, aí, sim, não só o emprego aumenta, a oferta de emprego aumenta, como o bem-estar da população vai crescendo.

Esse é o nosso desafio, não é? Mas com consciência dele, sem demagogia e sem imaginar que, de um momento para outro, se resolve tudo. E sem perder o rumo. E, na medida em que formos avançando nessa direção, as questões sociais vão sendo resolvidas.

Está aqui o Dr. Jatene. Falo sempre de um programa, que é o de combate à mortalidade infantil. Vi, hoje, com alegria, que – infelizmente o IBGE publicou o anuário de 92 só agora –, comparando o ano de 90 com o de 92, nós baixamos 12% na taxa de mortalidade infantil. Precisamos baixar sempre e mais. Agora, como é que se baixa essa taxa de mortalidade infantil? É também tendo mais emprego, tendo mais salário, tendo mais nutrição, tendo mais esgoto. Não é dando remédio. É dando condições. E isso vem tudo junto. Não são coisas separadas.

Muitas vezes as pessoas pensam: “Está cuidando da economia e não do social, ou vice-versa. Precisamos cuidar do social.” Não! Tem que se cuidar de tudo, porque os dois estão juntos, estão umbilicalmente ligados. Se não houver emprego, não há o que fazer. Se ficar endividado o País, não há o que fazer.

De onde se vão tirar os recursos para atender às questões emergentes? Mas também não adianta só acumular. Tem que se ver que a forma de acumulação seja uma forma de investimento, beneficie crescentemente a população. Daí a importância crucial das micro e pequenas empresas.

Enganam-se os que pensam que, num país como os Estados Unidos, as grandes empresas são muito grandes lá. Mas aqui pensam isso mais do que lá. Por quê? Porque lá tem um oceano de múltiplas atividades e tamanhos, de tal maneira que a sociedade se engaja numa teia muito

mais diversificada de empresas do que entre nós. Nós temos que multiplicar essa nossa teia.

Então, me perdoem ter feito essa digressão um pouco longa, mas foi suscitada pelo discurso do Afif, que colocou pontos importantes. Vejo aqui o assentimento do Durante, que já trabalhou com muito afincô e muito bem nessa causa e sabe que é assim. É preciso ser um pouco, às vezes, até insistente nos temas, porque temos que nos convencer a nós próprios de que já transpusemos os umbrais da impossibilidade. Agora, as coisas são possíveis. E isso é importante. Se são possíveis, temos que fazê-las, temos que continuar acreditando. E, para acreditar, nós temos que, a cada dia, ir fazendo mais coisas. Hoje, achei que este ato de nos juntarmos, aqui, esta congregação com o Sebrae, o Banco do Brasil, a Igreja, o Governo, os empresários, era importante para vermos que estamos juntos. E só ganharemos se estivermos juntos.

Mas nós estamos juntos porque estamos sentindo que esse desafio não é do Governo, não é da sociedade sozinha: é de todos nós, é desse povo que cansou de não acreditar, e que agora acredita. E não vamos decepcioná-lo.

Tenho certeza de que o que estamos fazendo, hoje, com esse tipo de ação é mais uma demonstração, um testemunho vivo da vontade de caminhar no rumo certo.

Muito obrigado.